

O PAPEL DA ABPMC PARA A TERAPIA COMPORTAMENTAL

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI

Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento ITCR-Campinas

Nas décadas de 50 e 60, alguns trabalhos com humanos, utilizando técnicas e princípios operantes, foram publicados em meio a muitos artigos de pesquisa básica com organismos infra-humanos, na revista *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* (Flanagan, Goldiamond e Azrin, 1958; Ayllon e Michael, 1959; Ayllon e Haughton, 1962). Os trabalhos em clínica – ainda incipientes e carentes de um modelo psicoterapêutico bem caracterizado – eram aglutinados sob a denominação de Modificação de Comportamento, termo consolidado por Bandura em seu livro *Princípios de Modificação de Comportamento* (1969). Em 1968, a pressão para publicação da já vasta produção aplicada, deu origem a uma nova revista – a versão aplicada da JEAB, chamada *Journal of Applied Analysis of Behavior*. Apresentava artigos de aplicação sim, mas suas páginas não registravam trabalhos tipicamente clínicos, pois a linha editorial da Revista punha ênfase em trabalhos experimentais, não obstante serem conduzidos com humanos. O nome Modificação de Comportamento – inicialmente associado ao modelo operante – não sobreviveu.

Paralelamente, crescia um movimento, liderado essencialmente por psiquiatras, cujos nomes mais conhecidos foram Wolpe, Lazarus, Yates, Eysenck, Rachman, entre outros, os quais adotaram a terminologia Terapia Comportamental (nome, curiosamente, apresentado pela primeira vez por Skinner), mas que adotavam outro modelo conceitual, influenciado, basicamente, por Hull e Pavlov (Wolpe, 1958). O que havia em comum entre os dois movimentos? A adoção da aprendizagem como conceito central para a compreensão e intervenção sobre os comportamentos humanos mal adaptados. No entanto, as diferenças entre as múltiplas teorias de aprendizagem são tão radicais, que é ingênuo supor que as Terapias Comportamentais, por adotarem um nome conceitual comum, são próximas entre si. De qualquer maneira, o grupo que adotou o termo *Terapia Comportamental* estava trabalhando em consultório (ou pelo menos em clínicas universitárias), com problemas comportamentais que atormentavam os seres humanos, ou seja, estava propondo um modelo clínico, que se oferecia como alternativa aos modelos psicodinâmicos que prevaleciam à época. Foram ágeis e eficientes e, em poucos anos, várias revistas, sob sua linha editorial, passaram a ser publicadas, trazendo artigos sobre conceitos básicos para a prática clínica e sobre pesquisas relacionadas com as técnicas psicoterapêuticas recém desenvolvidas (*Behavior Therapy, Behaviour Research and Therapy, Behavior Therapy and Experimental Psychiatry* são alguns exemplos bem representativos). O nome Terapia Comportamental – inicialmente associado ao conceito de inibição recíproca – sobreviveu.

O desenvolvimento da Terapia Comportamental no Brasil (a partir deste ponto, passo a usar tal termo para aconchegar os diversos matizes conceituais e os arsenais de técnicas que compõem a “família” de terapias comportamentais) foi inicialmente tímido, muito mais por pressões advindas dos próprios comportamentalistas. Alguns consideravam prematura a passagem do conhecimento experimentalmente sistematizado em situações controladas para a prática clínica, já que esta estava desprovida de qualquer condição de controle experimental das variáveis em operação. Era incapaz,

portanto, de ela própria avaliar a fidedignidade das relações causais que se processavam no contexto psicoterapêutico. É notável reconhecer que terapeutas de outras abordagens, em particular no contexto universitário, eram mais acolhedores com a recém chegada Terapia Comportamental, se bem que a ela reservassem um reduto razoavelmente bem delimitado, qual seja o de terapia para “problemas mais simples”, se referindo a tratamentos de gagueira, enurese noturna, tiques, fobias etc. Lembro-me, quando em 1970 oferecemos – sob a coordenação da Dra. Maria do Carmo Guedes – um curso optativo de Modificação de Comportamento para alunos de Psicologia da PUC-SP, do comentário feito pela Dra. Ana Maria Poppovic (Diretora da Clínica-Escola), com um sorriso de boas-vindas: – Então, são vocês os pragmáticos do Behaviorismo!?!...

Outros desanimaram com a ausência de um modelo de atuação clínico bem definido (o movimento comportamental clínico buscava sua identidade e ainda carecia de uma caracterização) e se bandearam para outras abordagens. Restaram, afinal, poucos, os quais se atreveram e se mantiveram na árdua tarefa de desenvolver uma Terapia Comportamental no Brasil e foram em frente, insistindo na atuação clínica, mesmo que sob diversas filiações conceituais (Guilhardi, 2003). Dessa atuação diversificada, resultaram algumas variantes, duas das quais são conhecidas como Terapia Comportamental e Terapia Cognitivo-Comportamental (mais recentemente, surgiram a Terapia Construtivista, a Terapia Analítico-Comportamental e a Terapia por Contingências de Reforçamento, para citar as mais conhecidas).

Em 1991, Bernard Rangé teve a coragem e o discernimento de criar uma Associação Brasileira, a qual, menos preocupada com as diferenças entre formas de trabalhos em clínica, se propunha a unir, dentro de uma mesma organização, aqueles que tinham algumas práticas e conceitos em comum. Aliás, Range, em colaboração com Lettner, já havia ensaiado um passo prévio, publicando o primeiro livro brasileiro de Terapia Comportamental, o qual causou um estimulante impacto no ambiente comportamental da época (Rangé e Lettner, 1988). (Esse livro ainda merece uma justa análise histórica). O nome proposto por Rangé, – *Associação Brasileira de Terapia e Medicina Comportamental* –, em seguida adotado pela comunidade de terapeutas comportamentais, revela por si o ambicioso e destemido escopo da recém criada Entidade. Foi um passo histórico enfatizar semelhanças e não diferenças. A partir de então, o sucesso foi encorajador.

Desde sua fundação, a Associação repetiu anualmente – sem nenhuma omissão – o Encontro Anual e, a partir de 1997, iniciou a publicação da coleção *Sobre Comportamento e Cognição*. Passou também a publicar a *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*. A participação de estudantes e profissionais nos Encontros anuais cresceu notavelmente, atingindo até 2300 participantes num único evento. Foi realizado no Brasil o 2º Encontro Internacional de Terapia Comportamental em conjunto com a *Association for Behavior Analysis* (ABA), cujo sucesso confirmou a absoluta aprovação dos diretores da ABA ao trabalho que vinha sendo realizado pela ABPMC.

O mais importante, porém, é que os comportamentalistas encontraram um contexto onde passaram a expor seus trabalhos e a se influenciar reciprocamente. As oportunidades que as atividades propostas pela ABPMC criaram para o desenvolvimento conceitual e aplicado – em associação com pesquisadores básicos e professores – alçaram a Terapia Comportamental (não importando seus subtítulos) a um nível no qual ela contribui, indiscutivelmente, para o desenvolvimento da área comportamental aplicada, em particular, e para o crescimento da Psicologia como um todo.

A Terapia Comportamental é um movimento alerta, que se transforma e se desenvolve conceitual e tecnicamente; que presta serviços relevantes para a comunidade; que paulatinamente cria uma nova proposta de serviço psicológico; que desenvolve e propõe práticas de ensino que maximizam a qualidade de formação de profissionais da sua área.

Não ousou afirmar que a ABPMC é a “causa” de todo o desenvolvimento da área comportamental apontado, mas certamente foi um agente catalisador de todo o processo de crescimento descrito. Há necessidade de mérito maior?

Referências

- Ayllon, T. e Haughton, E. (1962). Control of the behavior of schizophrenic patients by food. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 5, 343-352.
- Ayllon, T. e Michael, J. (1959). The psychiatric nurse as a behavioral engineer. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 2, 323-334.
- Bandura, A. (1969). *Principles of Behavior Modification*. Holt, Rinehart and Winston, New York (publicado no Brasil em 1979).
- Flanagan, B., Goldiamond, L. e Azrin, N. H. (1958). Operant stuttering: the control of stuttering behavior through response-contingent consequences. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* 1, 173 – 179.
- Guilhardi, H. J. (2003). *Tudo se deve às conseqüências...* Disponível em: <http://www.terapiaporcontingencias.com.br> (não publicado).
- Lettner, H. W. e Rangé, B. P. (Eds.) (1988). *Manual de Psicoterapia Comportamental*. Ed. Manole, São Paulo.
- Wolpe, J. (1958). *Psychotherapy by Reciprocal Inhibition*. Stanford University Press, Stanford.